

Teoria das Representações Sociais e os Sentidos da Aposentadoria no Brasil

Theory of Social Representations and the Meanings of Retirement in Brazil

Teoría de las Representaciones Sociales y los significados de la jubilación en Brasil

Samira Silva Santos Soares¹; Carolina Cabral Pereira da Costa¹
Caroline Rodrigues de Oliveira¹; Norma Valéria Dantas de Oliveira Souza¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Objetivo: refletir acerca das contribuições da Teoria das Representações Sociais para a compreensão dos sentidos da aposentadoria no Brasil. **Conteúdo:** trata-se de um estudo teórico-reflexivo elaborado com base em leitura crítica de artigos científicos, disponíveis on-line em diversas bases de dados e obras clássicas sobre a teoria das representações sociais bem como aquelas relativas ao fenômeno da aposentadoria. Estrutura-se em duas seções: i) Teoria das Representações Sociais e ii) Os sentidos da Aposentadoria no Brasil. **Considerações finais:** verifica-se que pesquisas utilizando a teoria das representações sociais possibilitam conhecer o modo como a aposentadoria é compreendida por diferentes grupos sociais e, assim, fornecer subsídios para melhor orientar estes grupos tanto durante o planejamento da aposentadoria quanto na decisão de aposentar-se ou não.

Descritores: Enfermagem; Trabalho; Aposentadoria; Envelhecimento.

ABSTRACT

Objective: to reflect on the contributions of the Theory of Social Representations to understanding the meanings of retirement in Brazil. **Content:** this theoretical-reflective study, based on a critical reading of scientific articles available online in databases and both classic studies of social representations theory and studies of the phenomenon of retirement, is divided into two sections: i) Theory of Social Representations and ii) The meanings of retirement in Brazil. **Final remarks:** research using the social representations theory was found to help understand how retirement is understood by different social groups and, thus, provide input to guide these groups better, both during retirement planning and in deciding whether or not to retire.

Descriptors: Nursing; Work; Retirement; Aging.

RESUMEN

Objetivo: reflexionar sobre los aportes de la Teoría de las Representaciones Sociales para la comprensión de los significados de la Jubilación en Brasil. **Contenido:** se trata de un estudio teórico-reflexivo basado en la lectura crítica de artículos científicos, disponibles en línea en varias bases de datos y obras clásicas sobre la teoría de las representaciones sociales, así como las relacionadas con el fenómeno de la jubilación. Se divide en dos apartados: i) Teoría de las Representaciones Sociales y ii) Los significados de la jubilación en Brasil. **Consideraciones finales:** se constata que investigaciones que utilizan la teoría de las representaciones sociales pueden ayudar a conocer la forma cómo los diferentes grupos sociales entienden la jubilación y, por lo tanto, proporcionar subsidios para orientar mejor a estos grupos, tanto durante la planificación de la jubilación, como en la decisión de jubilarse o no.

Descriptorios: Enfermería; Trabajo; Jubilación; Envejecimiento.

INTRODUÇÃO

Tão complexo quanto pensar o processo de trabalho e suas formas de produzir prazer ou sofrimento, saúde ou doença, é refletir sobre o processo de se aposentar, de cessar as atividades laborais. Desse modo, o processo de aposentadoria pode ser compreendido como parte da realidade da vida profissional e marca a saída do indivíduo do mercado de trabalho, sendo um evento que, inúmeras vezes, está associado ao último ciclo da vida, ou seja, a velhice¹.

Pesquisas que tratam a aposentadoria adotam diferentes abordagens e metodologias e admitem que não há um sentido único e unânime atribuído a esse fenômeno^{2,3}. Todavia, perante a lógica capitalista, tanto a situação de não trabalho como a velhice podem aparecer no imaginário social com conotação negativa. Pode-se, por exemplo, compreender a aposentadoria como um período de transição e mudanças intimamente associado à perda do trabalho e da identidade em relação ao papel social³.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Processo nº 88887.615685/2021-00, Programa de Demanda Social/Edital Regulamento DS (unificado), vinculado ao PPGENF/UERJ.

Autor correspondente: Caroline Rodrigues Oliveira. E-mail: enfcaryl@yahoo.com.br

Editora Científica: Cristiane Helena Gallasch; Editor Associado: Antonio Marcos Tosoli Gomes

O imaginário social é um dos elementos das representações sociais (RS) que tem como objetivo orientar as condutas e as práticas sociais. Por sua vez, as RS são constituídas por crenças, conhecimentos e opiniões partilhados, que nos possibilitam interpretar a realidade por meio de elementos simbólicos e significativos, integrando-os na vida cotidiana⁴.

Assim, acredita-se que ao compreender como o fenômeno da aposentadoria se apresenta no imaginário social e vem sendo representado socialmente em diversos grupos, também se amplia o entendimento dos fatores motivadores das decisões tomadas pelos trabalhadores, como a disposição de uma saída precoce, imediata ou tardia do mercado de trabalho e até mesmo o retorno às atividades laborais, mesmo após a aposentadoria.

É neste contexto que a Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida no âmbito da Psicologia Social, ganha destaque, pois fornece subsídios para a compreensão de diferentes realidades sociais e traz à tona aspectos até então desconhecidos dessas realidades. Afinal, as RS são conhecimentos socialmente elaborados e compartilhados, que funcionam como um sistema de interpretação da realidade, que rege as relações dos indivíduos com seu ambiente físico e social e determina seus comportamentos ou suas práticas⁵.

A TRS oferece um instrumental teórico-metodológico de grande utilidade para o estudo da conformação do imaginário social sobre o pensamento e as condutas de pessoas e grupos, a exemplo dos trabalhadores ativos e inativos, recém-aposentados ou aqueles que estão prestes a se aposentar.

À luz do exposto e considerando que incidem diferentes sentidos e perspectivas sobre a aposentadoria, além de estarem envolvidas questões complexas ligadas ao trabalho e ao envelhecimento, objetivou-se refletir acerca das contribuições da TRS para a compreensão dos sentidos da aposentadoria no Brasil.

CONTEÚDO

Trata-se de um estudo teórico-reflexivo elaborado com base em obras clássicas sobre a TRS⁵⁻⁹, bem como na leitura crítica de artigos científicos disponíveis *on-line*, com foco na TRS e no fenômeno da aposentadoria^{1-4,10-22}. O material analisado foi captado a partir de uma revisão de literatura narrativa. Esse tipo de estudo aproxima-se de pesquisas de natureza qualitativa e fundamenta-se na descrição e na análise de constructos teóricos apreendidos por via de levantamento bibliográfico²³.

Os resultados foram organizados e discutidos por meio de duas seções teóricas: TRS e sentidos da aposentadoria no Brasil. Essas seções foram construídas com base no levantamento e na análise da bibliografia investigada, bem como na observância de conteúdos que poderiam ser elucidativos para a problemática pontuada e para alcance do objetivo.

Cabe ainda ressaltar que o artigo foi construído considerando os quatro pilares da TRS, a saber: universo consensual, universo reificado, ancoragem e objetivação^{6,10,11}.

Teoria das Representações Sociais

A TRS foi proposta por Moscovici, em 1961, na França. As RS são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente por meio de uma fala, um gesto e um encontro, no universo cotidiano. Correspondem a atos de pensamentos nos quais os sujeitos se relacionam com o objeto, e, por meio de vários mecanismos, esse objeto é substituído por símbolos, fazendo com que ele seja representado na mente do sujeito⁶.

“Representação Social” é um termo filosófico, que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento, que conserva sempre a marca da realidade social onde nascem, mas também possui vida independente, reproduz-se e se mistura, tendo como causas outras representações – e não apenas a estrutura social. Nas ciências sociais, configura-se como as categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificam-na ou a questionam²⁴.

Ao aplicar essa teoria, as respostas individuais devem ser consideradas como reflexo de manifestações de um grupo social, no qual os sujeitos compartilham experiências e vivências. Afinal, esta é uma das implicações da TRS: desenvolver o entendimento do sujeito no bojo de uma inscrição sócio-histórica-cultural definida e de uma história pessoal. Leva em consideração que os sujeitos pertencentes a um mesmo grupo social possuem experiências sociais comuns e assemelham-se por compartilhar o *habitus* incorporado, um padrão de linguagem e a racionalização⁷.

Apesar de ser substancialmente social, a obra de Moscovici não perde de vista o individual, e o indivíduo não é tomado como um sujeito isolado, mas considerado em suas respostas singulares, enquanto manifestações de tendências do grupo a que pertence⁸. Assim, cabe considerar que, conforme proposta por Moscovici, na TRS há duas formas de conhecimento: o consensual, que se apresenta no cotidiano, por meio do qual se acessam as RS que derivam do senso comum, e o científico, que possui linguagem própria e hierarquia interna. Cada uma dessas formas é capaz de gerar seu próprio universo, e, entre elas, não se estabelece uma relação de hierarquia, e nem um saber não se sobrepõe ao outro, possuindo propósitos diferentes¹¹.

Este estudo trata do fenômeno da aposentadoria. À luz da TRS, o fenômeno é aquele que faz mover as engrenagens do pensamento e oscila, diante de algo que afeta a sociedade e pode ser capturado por meio das rodas e redes de conversa. Assim, quando um assunto provoca posicionamentos distintos, cria debate e controvérsia, pode se configurar um fenômeno que se transforma em objeto de RS, ou seja, pode receber elaborações variadas de grupos variados⁶.

Neste contexto, cabe ainda destacar a influência das informações veiculadas pela mídia, que constrói uma narrativa discursiva e tem papel importante na formação das ideias e dos valores dos sujeitos, inclusive criando estereótipos que são internalizados pelos grupos e naturalizados no senso comum. Ao se refletir sobre o discurso midiático envolvendo a aposentadoria, identificam-se, por exemplo, as evidências de sentidos que incentivam os sujeitos a continuarem trabalhando e naturalizando o trabalho e as formas de exploração, e, ao mesmo tempo, a permanecerem silenciando os efeitos indesejáveis associados à lógica de reprodução do capital¹³.

Por vezes, quem está ingressando no mercado de trabalho pode não se preocupar com a aposentadoria e, conseqüentemente, não se planejar para ela; quem está prestes a se aposentar pode adiar a saída do mercado de trabalho, e aquele que se encontra aposentado pode desejar retornar às suas atividades laborais. Uma pesquisa identificou que a docência voluntária após a aposentadoria caracteriza-se como uma estratégia de continuidade dos padrões de comportamento aos quais os sujeitos estavam acostumados, o que gera sentimentos de segurança, utilidade e reconhecimento de si, pela manutenção de uma identidade construída no/pelo trabalho¹⁴.

Corroborando o exposto e considerando o crescimento da população idosa no Brasil e a reforma da previdência social realizada em 2019, que afetou essa população, os estudos que apontam para as transformações do mundo do trabalho e, sobretudo, a luta travada pelos trabalhadores em busca do direito de uma aposentadoria. Essa situação já tem espaço reservado nos meios de comunicação, nas conversas e no próprio cotidiano do trabalho. Em outras palavras, é um tema que incita as pessoas a debaterem, pensarem e repensarem sobre diversas questões relacionadas à aposentadoria – sobretudo à aposentadoria do outro e a sua própria. Assim, o presente fenômeno tem relevância social, que o caracteriza como apropriado ao estudo à luz da TRS.

Ademais, há outros critérios que também demarcam tal fenômeno como oportuno aos fundamentos teórico-metodológicos da TRS. É o caso do critério de prática, o qual aponta que uma representação existe se for acompanhada por correspondência nas práticas realizadas por grupo; há também o critério de holomorfose, segundo o qual as RS sempre contêm referências à pertença grupal, por serem parte da identidade social. Destaca-se ainda o critério de afiliação, segundo o qual é possível delimitar uma realidade sociogrupal, dentro da qual certa representação existe⁷.

Ponderam-se as funcionalidades da TRS, como a função do saber (permite compreender e explicar a realidade), a identitária (situa os indivíduos e grupos dentro do campo social), a de orientação (responsáveis por elaborar as condutas, comportamentos e práticas) e a justificadora (permitir que os atores expliquem e justifiquem suas condutas em determinada situação)^{6,10}. Assim, no contexto da aposentadoria, a TRS contribui desvelando aos trabalhadores em fase de aposentadoria e até aos já aposentados um sentido às vezes inconsciente e subjetivo sobre esse fenômeno, graças às representações do objeto, que são forjadas na mente deles.

Sentidos da aposentadoria no Brasil

A TRS possibilita conhecer os sentidos da aposentadoria a partir da dimensão da imagem (objetivação) e da ancoragem. Esses processos sociocognitivos estão intrinsecamente ligados. A objetivação “busca transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na imaginação em algo que exista no mundo físico”^{6:61}. A ancoragem é o processo de classificar informações sobre um objeto social em relação a estruturas de conhecimento anteriormente existentes. Assim, as RS dependem de uma memória coletiva⁶.

Para analisar o sentido da aposentadoria, é indispensável lembrar que ele não existe em si mesmo, pois é construído e tem suas bases em relações sócio-históricas. No Brasil, por exemplo, é um fenômeno que tem passado por diversas transformações. No início do século 20, os trabalhadores reivindicavam o direito à aposentadoria. Na atualidade, em função especialmente dos princípios neoliberais que vêm sendo implementados no país desde a década de 1990, a aposentadoria, por vezes, é vista como motivo de tristeza, solidão e desamparo.

Reitera-se a aplicabilidade da TRS nas pesquisas no campo do trabalho e da aposentadoria, em especial em razão da reforma trabalhista de 2017, da reforma da previdência de 2019 e até mesmo em razão da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19), que tem levado alguns trabalhadores a decidirem se aposentar. Estudo realizado com professores universitários de duas universidades federais do Nordeste brasileiro sobre os sentidos da aposentadoria apontou que as RS mais fortes desse grupo se referiam a tal fenômeno como nova etapa de vida, retorno à família, envelhecimento, viagens e lazer¹⁵. Para os entrevistados da pesquisa, as RS da aposentadoria foram positivas, mas a

perspectiva de um trabalho satisfatório, somado ao medo em relação às mudanças previdenciárias e a própria vida, reforça a intenção de adiar a aposentadoria¹⁵.

Dentre os motivos que reforçam o adiamento da aposentadoria, está o sentimento de perda, evidenciado como um dos afetos mais marcantes na caracterização dos diversos significados e objetos que compõem a aposentadoria compulsória. No Brasil, a aposentadoria compulsória, apesar do termo ter sido utilizado no contexto da lei 8.112/90 e se referir ao critério da aposentadoria por idade, a compulsoriedade da aposentadoria ainda é tema pouco explorado nas publicações brasileiras^{16,25}. É preciso discutir o fato de que, em função da idade, o indivíduo deve deixar sua ocupação laboral e alterar seu *status* ou papel social, assumindo a posição de aposentado.

Um outro estudo apontou que o aposentado pode ser representado como um indivíduo que, apesar de se preocupar com sua saúde e bem-estar, na maioria das vezes, é um indivíduo vulnerável, fragilizado moral e financeiramente e que tem a aposentadoria como um frustrante arrependimento, pois, mesmo ciente de seus direitos, o trabalhador aposentado se sente impotente por não poder garanti-los¹⁸.

Ademais, pondera-se que a cada reforma da previdência social no Brasil, é possível que novos sentidos surjam em meio aos grupos sociais. Assim, teme-se o agravamento dessa perspectiva negativa sobre a aposentadoria, até porque, a cada reforma, verifica-se a subtração de direitos dos trabalhadores¹⁹, o que pode contribuir para a construção de sentidos negativos relacionados à aposentadoria.

Cabe ainda asseverar que, se, por um lado, a intenção de se aposentar pode estar vinculada às ideias de usufruir do tempo e viver com mais qualidade, por outro, o adiamento da aposentadoria pode surgir como resposta ao se sentir atuante no trabalho, não ter atividades substitutivas e, até mesmo, como estratégia contra a ociosidade²⁰. Partindo desse pressuposto, considera-se que, cada vez mais, haverá trabalhadores que poderiam estar aposentados, mas que permanecem no mercado de trabalho, dada a relevância que a sociedade (investigada) e o trabalhador (inserido no contexto de um dado grupo social) dão à atividade produtiva e, nessa perspectiva, a centralidade do trabalho, sobretudo em sociedades capitalistas.

Para muitos trabalhadores, a aposentadoria tem sido motivo de inquietação, devido a sentimentos de incerteza sobre a vida na ausência de vínculo laboral². Estudo desenvolvido com 82 trabalhadores em fase de pré-aposentadoria apontou que 48,8% dos entrevistados referem o desejo de trabalhar após a aposentadoria, e 57,3% não se prepararam para a aposentadoria. Os resultados robustecem a importância dos programas de preparação para aposentadoria, a fim de assessorar no enfrentamento das expectativas e anseios dessa fase da vida profissional e pessoal dos trabalhadores²¹. Também é importante incluir a família nesse processo de preparação para a aposentadoria, visto que as vivências na família e no trabalho também influenciam na tomada de decisão da aposentadoria, que ganham maior importância quando o pré-aposentado não possui projetos de vida para a pós-carreira, reiterando a importância da participação do trabalhador em estratégias de preparação para a aposentadoria durante a vida laboral³.

Ainda cabe considerar que, mesmo em pesquisa na qual o trabalho e a aposentadoria são tomados com representação positiva, os aposentados referem não possuir mais condições de exercer a atividade produtiva, principalmente em virtude de problemas de saúde que tanto mantêm relação com o processo de envelhecimento, quanto com as consequências do envelhecimento para o trabalho²².

Limitações do estudo

Como limitação do estudo, considera-se o curto período para a busca dos dados de forma sistematizada, de modo que se sugerem outros estudos os quais tenham por objetivo, por exemplo, realizar uma revisão sistemática dos estudos produzidos no Brasil e que tratem da aposentadoria na perspectiva da TRS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu refletir sobre as contribuições da TRS para a compreensão dos sentidos da aposentadoria no Brasil a partir dos processos de objetivação e ancoragem. Porém, apesar dos apontamentos feitos, cabe considerar que as potencialidades dessa teoria não se limitam aos aspectos descritos, pois, no presente artigo, apenas alguns atributos foram iluminados.

Ademais, como contribuição, salienta-se a possibilidade de estabelecer diálogos e aproximações entre diferentes campos (psicologia social e trabalho; psicologia social e saúde), enriquecendo-os e fortalecendo-os mutuamente, sobretudo, produzindo conhecimento a partir de uma abordagem interdisciplinar que valoriza o saber compartilhado.

REFERÊNCIAS

1. Liberatti V, Martins J, Robazzi M, Cardelli A, Gvozdz R, Trevisan G. [Social representations of retirement for nurses teaching at one public university]. *Rev Enferm UFPE on line*. 2015 [cited 2022 Mar 14]; 9(11):9699-705. Available from: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10758>.
2. Borsoi IC, Pereira FS. Perspectivas acerca da aposentadoria na percepção de docentes de uma universidade pública federal. *Cad Psicol Soc Trab*. 2017 [cited 2022 Mar 14]; 20(2):173-86. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v20i2p173-186>.
3. Figueira DA, Haddad MC, Gvozdz R, Pissinati PSC. Retirement decision-making influenced by family and work relationships. *Rev Bras Geriatr Gerontol*. 2017 [cited 2022 Mar 14]; 20(2):207-15. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562017020.160127>.
4. Barcelos J. The circulation of social representations of the shantytowns of Rio de Janeiro through the photojournalistic discourse. *Revista Mídia e Cotidiano*. 2017 [cited 2022 Mar 14]; 11(3):25-40. DOI: <https://doi.org/10.22409/ppgmc.v11i3.9843>.
5. Abric JC. *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France; 1994.
6. Moscovici S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 10a ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2013.
7. Wagner W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: Jovchelovitch S, Guareschi P, orgs. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes; 1994. p. 149-86.
8. Jodelet D. Vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. In: Oliveira DC, Campos PH. *Representações sociais, uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro, RJ: Museu da República; 2005. p. 11-21.
9. Jodelet D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ; 2001. p. 17-44.
10. Morera JA, Padilha MI, Silva DG, Sapag J. Theoretical and methodological aspects of social representations. *Texto & Contexto Enferm*. 2015 [cited 2022 Mar 14]; 24(4):1157-65. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-0707201500003440014>.
11. Dorio AP, Costa MA, Santana GC. The theory of Social Representations as theoretical and methodological framework in research in Teaching of Bioscience and Health. *Revista Praxis*. 2017 [cited 2022 Mar 14]; 9(17). DOI: <https://doi.org/10.47385/praxis.v9.n17.685>.
12. Torres TL, Camargo BV, Boulsfield AB, Silva AO. Representações sociais e crenças normativas sobre envelhecimento. *Cienc Saude Coletiva*. 2015 [cited 2022 Mar 14]; 20(12):3621-30. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152012.01042015>.
13. Araújo JT. Efeitos de sentidos no discurso midiático: Aposentadoria e trabalho. *PERcursos Linguísticos*. 2018 [cited 2022 Mar 14]; 8(18). Available from: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/19181>.
14. Krawulski E, Boehs ST, Cruz KO, Medina PF. Voluntary teaching in retirement: a transition between work and non-work. *Psicol Teor Prat*. 2017 [cited 2022 Mar 14]; 19(1):55-66. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n1p67-78>.
15. Amaral LB, Torres TL. Representação social da aposentadoria para professores universitários. *Psicologia e Saber Social*. 2017 [cited 2022 Mar 14]; 6(2):130-45. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.23594>.
16. Andrade JM, Leonardo ME, Torres TL. Aposentadoria Compulsória no Brasil. *Revista Kairós Gerontologia*. 2015; 18(4):9-27.
17. Nóbrega CV. Representações sociais da aposentadoria: um estudo com docentes e ex-docentes universitários [tese de doutorado]. Paraíba: Universidade Federal de João Pessoa; 2017.
18. Teixeira SM. [Aging and reforms in the social security system in contemporary Brazil]. *Textos & Contextos*. 2018 [cited 2022 Mar 14]; 17(1):126-37. DOI: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/27635/17157>.
19. Macedo LS, Bendassolli PF, Torres TL. Representações sociais da aposentadoria e intenção de continuar trabalhando. *Psicol Soc*. 2017 [cited 2022 Mar 14]; 29(e145010):1-11. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i145010>.
20. Gvozdz R, Sakai AM, Haddad MC. Sentimentos e perspectivas de trabalhadores de instituição universitária pública frente à aposentadoria. *REME - Rev Min Enferm*. 2015 [cited 2022 Mar 14]; 19(1):79-83. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20150007>.
21. Araújo JL, Belo RP, Resende JW. Trabalho e envelhecimento na contemporaneidade: uma análise acerca da representação social da aposentadoria. *Perspectivas em Psicologia*. 2016 [cited 2022 Mar 14]; 20(1):120-44. Available from: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/35593>.
22. Oliveira IC, Beck CL, Santos JL, Megier ER, Halberstadt BM, Moreira D. Aposentadoria de docentes universitários: pesquisa documental acerca das tendências da produção científica brasileira. *Rev Pesqui (Univ Fed Estado Rio J, Online)*. 2021 [cited 2022 Mar 14]; 13:646-52. Available from: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/en;/biblio-1178200>.
23. Pennafort VP, Freitas CH, Jorge MS, Queiroz MV, Aguiar CA. Práticas integrativas e o empoderamento da enfermagem. *Rev Min Enferm*. 2012 [cited 2022 Mar 14]; 16(2):289-95. Available from: <https://cdn.publisher.gn1.link/remem.org.br/pdf/v16n2a19.pdf>.
24. Minayo MC. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13a ed. São Paulo: Hucitec; 2013.
25. Brasil. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil; 19 de abril de 1991 [cited 2022 Mar 15]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm.